



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 17, n. 1, art. 14, p. 281-305, jan. 2020

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2020.17.1.14>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



Gênero, Escolhas Profissionais e Estereótipos Sexistas

Gender, Career Choices and Sexist Stereotypes

Matildes Francisca Pinto Leite

Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe

E-mail: martinha_1974@hotmail.com

Marcela dos Santos Oliveira

Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe

E-mail: marcelaoliveira.aju@gmail.com

Everton Melo da Silva

Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas

E-mail: evertonmsilva@outlook.com.br

Ana Paula Leite Nascimento

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe

E-mail: paulajcbrasil@yahoo.com.br

Endereço: Matildes Francisca Pinto Leite

Av. Marechal Rondon, s/n - Jardim Rosa Elze, São Cristóvão - SE, 49100-000. Brasil.

Endereço: Marcela dos Santos Oliveira

Av. Marechal Rondon, s/n - Jardim Rosa Elze, São Cristóvão - SE, 49100-000. Brasil.

Endereço: Everton Melo da Silva

Av. Lourival Melo Mota, S/N, Tabuleiro do Martins, Maceió - AL, Cep: 57072-970. Brasil.

Endereço: Ana Paula Leite Nascimento

Estr. da Barragem - Jardim Campo Novo, Lagarto - SE, 49400-000. Brasil.

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 24/09/2019. Última versão recebida em 15/10/2019. Aprovado em 16/10/2019.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar as escolhas profissionais dos estudantes da Universidade Federal de Sergipe (UFS), problematizando-as com o debate das relações de gênero que permeiam as relações sociais. Metodologicamente, realizamos a pesquisa bibliográfica referente às categorias “gênero”, “escolhas profissionais” e “profissão” e a pesquisa documental nos Anuários Estatísticos. Os resultados revelaram as relações desiguais de gênero e a divisão sexual do trabalho nas escolhas profissionais dos estudantes da UFS. As áreas nas quais predominam o maior quantitativo de mulheres são relativas à saúde e à educação e as áreas das exatas e tecnológicas continuam sendo um campo com pequena participação feminina, confirmando a desigualdade de gênero existente nas escolhas profissionais e, conseqüentemente, no mercado de trabalho.

Palavras-chaves: Relações de Gênero. Escolhas Profissionais. Universidade Federal de Sergipe.

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze the professional choices of students from the Federal University of Sergipe (UFS), problematizing them with the debate of gender relations that permeate social relations. Methodologically, we conducted the bibliographic research referring to the categories “gender”, “professional choices” and “profession”; and documentary research in the Statistical Yearbooks. The results revealed that unequal gender relations and the sexual division of labor in the professional choices of UFS students. The areas where the largest number of women predominate are the areas of health and education, and the exact and technological areas remain a field with little female participation, confirming the existing gender inequality in career choices and, consequently, in the labor market job.

Keywords: Gender Relations. Professional Choices. Federal University of Sergipe.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar as escolhas profissionais dos estudantes da Universidade Federal de Sergipe (UFS), problematizando-as com o debate das relações de gênero que permeiam as relações sociais. Compreendemos que a relação desigual fundada entre homens e mulheres na constituição da sociedade de classes e da família patriarcal e monogâmica instituiu para a mulher o “lugar” de reprodutora da força de trabalho, relegada às tarefas domésticas, ou “lugar” de força de trabalho secundária, configurações que rebatem nas escolhas profissionais das mulheres no processo da formação profissional.

Este artigo é produto da pesquisa “Escolha profissional e gênero: um estudo sobre as escolhas profissionais dos estudantes da Universidade Federal de Sergipe”, desenvolvida no âmbito do Departamento de Serviço Social/UFS no ano de 2018. Metodologicamente, realizamos a pesquisa bibliográfica referente às categorias “gênero”, “escolhas profissionais” e “profissão”, priorizando a perspectiva marxiana; e a pesquisa documental nos Anuários Estatísticos da UFS¹ sobre os ingressos de discentes nesta instituição. Os dados foram categorizados por número total de matriculados, ingressantes via processo seletivo, no primeiro período dos anos de 2014, 2015 e 2016, por gênero masculino e feminino, e da graduação presencial. Esses dados foram sistematizados por centros/campus e subdivididos por cursos, dispostos por sexo e ano; em seguida, foram elaboradas tabelas para representar os dados extraídos dos anuários.

A premissa analítica dos dados baseia-se no pressuposto de que as relações de gênero devem ser analisadas e compreendidas a partir das construções social e histórica, e não somente na forma aparente que se apresenta na sociedade. Scott (1990, p. 21) expõe que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Nessa direção, gênero se constitui como “um sistema de relações de poder fundamentadas a partir de um conjunto de qualidades, papéis, identidades e comportamentos opostos atribuídos a mulheres e homens” (NASCIMENTO; CRUZ, 2017, p. 233), isto é, a compreensão do conceito de gênero nos permite perceber que as identidades masculinas e femininas são constituídas sócio-historicamente.

¹ Os dados foram extraídos dos anuários estatísticos da UFS, disponíveis no seguinte sítio: http://indicadores.ufs.br/uploads/page_attach/path/1779/Anu_rio_Estat_stico_da_UFS_2013-2014-2015_web.pdf. Acesso em: 17 set. 2018

O texto está dividido em quatro itens, além desta introdução. No primeiro item, situaremos o surgimento das relações sociais de gênero através das primeiras configurações familiares, a partir da constituição da propriedade privada, classes sociais e dominação do indivíduo macho, além de pontuarmos sobre a divisão do trabalho particularizando a força de trabalho feminina nos modelos de organização de trabalho taylorista e fordista. No segundo, trataremos sobre a sociologia das profissões, apontando algumas correntes teóricas e o processo de profissionalização no Brasil. Em seguida, no terceiro item, apresentamos o mapeamento das escolhas profissionais dos estudantes ingressantes nos anos de 2014, 2015 e 2016, por meio dos dados que fazem parte dos Anuários Estatísticos, observando como estão sendo realizadas as escolhas profissionais dos estudantes no intuito de identificar em quais áreas e cursos há presença predominante masculina ou feminina. Nas considerações finais sintetizamos os principais resultados da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O “lugar” da mulher na sociedade de classe e a apropriação da força de trabalho feminina

No início da sociedade primitiva, os homens e mulheres primitivos viviam em pequenos bandos devido à organização gregária. Isso aumentou sua capacidade de sobreviver às adversidades da natureza. Foi por causa dessa convivência em bandos que se originaram as primeiras famílias humanas. A primeira forma de interação dos homens e mulheres com a natureza foi a coleta de frutos e raízes, posteriormente, a confecção de instrumentos de pedra ou madeira que utilizavam para a caça e a pesca (SILVA, 2016). Todas essas atividades sociais possibilitaram a evolução da espécie humana e o aprimoramento das formas de interagir e intervir na natureza.

Nessa organização social existia uma divisão sexual das atividades: “[...] os machos ficavam responsáveis pela caça e as fêmeas pela coleta de alimentos que provinham da natureza, por exemplo, os vegetais. A vida dos primitivos se resumia em os machos saírem para caçar e as fêmeas buscarem alimentos com a coleta [...]” (SILVA, 2016, p 19). Tudo que era conseguido pelo bando na coleta ou na caça era partilhado entre todos, a apropriação do trabalho era coletiva. Conforme Engels (2012 *apud* SILVA, 2016, p. 24): “a divisão do trabalho dos primeiros humanos modernos era espontânea, baseada no sexo: o homem saía

para caçar, pescar e produzia os instrumentos; a mulher preparava os alimentos e confeccionava as roupas”.

A cooperação entre o grupo era primordial para a sobrevivência do bando, pois frequentemente disputavam recursos com outros animais. Para garantir o crescimento do bando era necessário também garantir certa quantidade de mulheres com capacidade para reprodução, por isso: “[...] a vida das mulheres era mais protegida e na divisão das tarefas não cabia a elas, na maior parte dos casos, as mais perigosas.” (LESSA, 2012, p 18). O cuidado com as crianças era tarefa coletiva do bando, e não exclusivamente dever da mulher.

Nem as tarefas de criação dos filhos, preparação dos alimentos, etc. eram femininas ou masculinas; eram atividades coletivas que envolviam pessoas de ambos os sexos e de todas as idades. Pouquíssimas tarefas eram atividades divididas segundo o sexo e, quando o eram, era frequente caber às homens atividades que hoje são tidas por femininas. E, além disso, a divisão das tarefas não implicava uma hierarquia de poder nem cancelava a autonomia de cada pessoa (LESSA, 2012, p. 18-19).

Com o surgimento da propriedade privada, funda-se um novo tipo de relação social, que resultou para os homens uma nova forma de organizar-se coletivamente. A cooperação no trabalho já não será como na sociedade primitiva, que visava à sobrevivência de todos, começou a ser baseada no “[...] trabalho alienado (explorado): a transformação da natureza nos meios de produção e de subsistência será realizada, agora, por meio da exploração do homem pelo homem” (LESSA, 2012, p. 23). A nova organização social fundada contava com: “propriedade privada, classes sociais, exploração do homem pelo homem e Estado” (LESSA, 2012, p. 25).

Uma vez desfeitos os vínculos de cooperação para a sobrevivência, desfazem-se também a família comunal e o cuidado coletivo com as crianças e a relação igual que existia entre homens e mulheres. Estabelecida a propriedade privada, as atividades sociais passam do coletivo para o âmbito privado (individual). Por isso, Lessa (2012, p. 26) afirma: “[...] é assim que a família se descola do coletivo e se constitui em núcleo privado: essa nova forma de organização de família é a família monogâmica ou família nuclear”, onde tudo estará a cargo do grupo masculino dominante. Desse processo, as mulheres foram excluídas. As mulheres foram encarregadas da reprodução dos indivíduos. Passam a cuidar das tarefas domésticas, da criação e educação dos filhos, que na sociedade de classes já não podem ser realizadas de forma coletiva.

Na constituição da família monogâmica desaparece a relação consensual para dar lugar a uma relação de dominação, na qual o patriarca é proprietário e senhor e a família (incluindo a mulher) faz parte dos pertences do homem. Desse modo, estão postas as bases para a

oposição entre homens e mulheres, potencializada no propalado desenvolvimento de um a partir da negação do desenvolvimento do outro. A divisão do trabalho entre os sexos relegou à mulher as atividades domésticas, tornando suas relações sociais mínimas (LESSA, 2012). Fundada na exploração do trabalho e tendo a figura masculina como senhor, proprietário ou dominador, a sociedade de classes marcou o fim da sociedade primitiva e foi a mola propulsora para o desenvolvimento das forças produtivas e desenvolvimento das sociedades de classes (antiga, feudal e capitalista).

É com o surgimento do modo de produção capitalista, mediante o crescimento da produtividade do trabalho, quando o processo de criação de riquezas está diretamente ligado à propriedade privada e dependente do grupo masculino dominante, que se impõe à mulher um papel secundário no sistema produtivo, pois a sociedade capitalista não dispensa o trabalho da mulher, principalmente das camadas inferiores.

À mulher foi negada a sua participação no sistema decisório social, baseado na supremacia masculina que se estabeleceu com o desenvolvimento das forças produtivas. Segundo Saffioti (2013, p. 64), “pode-se afirmar que as possibilidades de integração da mulher na sociedade variam em razão inversa do grau de desenvolvimento das forças produtivas.”

No capitalismo fica evidente a divisão da sociedade em classes e a exploração que uma classe sofre pela outra. No caso específico da mulher, o capitalismo lança mão da tradição para explicar a “inferiorização social da mulher”, colocando o fator sexo como determinante da exclusão social, utilizando argumentos como a incapacidade física e intelectual.

Na manufatura moderna, o trabalho feminino passou a ser requisitado nas tarefas mais insalubres, configurando uma mão de obra ainda mais barata (SANTOS, 2015). Além da precariedade do trabalho destinado e realizado pelas mulheres, também era requisitado destas que se dedicassem ao cuidado da família e ao trabalho doméstico, impondo-lhes uma jornada dupla de trabalho necessária à reprodução social capitalista.

Com o revolucionamento dos meios de produção constituiu-se o ponto de partida da grande indústria, também o retorno da mulher ao sistema produtivo, assumindo uma forma mais desenvolvida em que um sistema de máquinas e fábricas provoca efeitos imediatos na produção e na força de trabalho. Na produção, o aumento do ritmo de trabalho possibilita a criação de uma riqueza gigantesca, mas também gerou um crescimento do proletariado e, por outro lado, um rebaixamento no valor da força de trabalho. Com o aperfeiçoamento da maquinaria, tornou-se menor a utilização de força muscular na realização do trabalho nas

fábricas. Assim foi possível a utilização de força de trabalho com menor desenvolvimento muscular, acarretando a apropriação da força de trabalho feminina pelo capitalista.

O sistema industrial capitalista torna as mulheres força de trabalho explorada e barata. Para suprir sua necessidade de expansão social, estas submetem-se às condições capitalistas pela necessidade de subsistência de sua família, e, ao mesmo tempo, são responsabilizadas pela negligência com os afazeres domésticos e pela desagregação ou desorganização da família (SANTOS, 2015).

As novas formas de organização e controle do tempo de trabalho são materializadas através do “taylorismo/fordismo e toyotismo (com a produção flexível). Neles se assevera a intensa exploração da força de trabalho em geral, e da força de trabalho ‘feminina’ em particular” (SANTOS, 2015, p. 66), através do parcelamento das tarefas e do controle rigoroso do tempo de trabalho. O fordismo consiste numa organização produtiva rígida, interiorizada e uniformizada que, segundo Pinto (2013), suscitou a racionalização das operações, eliminando o desperdício de tempo no espaço fabril e aumentando o ritmo da exploração do trabalho. Santos (2015, p. 67) chama a atenção que, no período de introdução e crescimento do fordismo, havia restrições ao tipo de trabalhador a ser contratado, “não podia ser mulher”, demonstrando que havia certa repulsa à força de trabalho feminina. Gournet (1999, p. 20 *apud* SANTOS, 2015, p. 67) afirma que, “para receber seus 5 dólares, o trabalhador deve dar provas de boa conduta, ou seja: não ser uma mulher, não beber, destinar seu dinheiro à família [...]”.

No decorrer da Primeira Guerra Mundial (período em que já estava em vigor o modelo de organização produtiva fordista), aconteceu grande elevação dos contingentes de força de trabalho feminina nas indústrias francesas, esse crescimento se deu nas indústrias gráficas, de papel, têxtil, de couro e peles e nas indústrias bélicas. Entretanto, os níveis de força de trabalho feminina empregada voltaram a cair quando terminou a guerra (SAFFIOTI, 2013). A elevação do contingente da força de trabalho feminina também ocorreu no período da Segunda Guerra na Inglaterra: “nos anos de 1943 e 1944, elas representavam praticamente a metade da força de trabalho efetiva representada pelos homens ingleses [...]” (SAFFIOTI, 2013, p. 79).

Devido à redução da força de trabalho masculina, decorrente do período de guerra, as mulheres eram impelidas a trabalhar ao menos em tempo parcial, o que contribuiu para aumentar o emprego das mulheres casadas; nesse período, surgiu a oferta de serviços voltados para o cuidado das crianças (SAFFIOTI, 2013).

Corroborando com os apontamentos de Santos (2015), que indicam uma certa repulsa da indústria fordista ao trabalho feminino, e predileção ao trabalho masculino, os estudos de Hirata (2002, p. 29), sobre a divisão internacional do trabalho, “no Brasil, França e Japão”, apontam que “as indústrias de processo contínuo utilizam mão de obra essencialmente masculina e as indústrias tayloristas um forte contingente feminino”. Hirata (2002, p. 29) inicia sua pesquisa sobre a nova divisão social do trabalho, deixando evidente “que não há uma única divisão do trabalho”, e nem “universal”, ou seja, a divisão do trabalho irá se moldar ao tipo de força de trabalho, masculina ou feminina, e ao desenvolvimento tecnológico do país em que for implantada a indústria.

2.2 Profissões, estereótipos sexistas e escolhas profissionais na atualidade

Neste item trataremos sobre a sociologia das profissões e os elementos constitutivos das escolhas profissionais e como elas estão sendo realizadas na atualidade. Expondo que questões relacionadas ao gênero podem influenciar as escolhas, implicando, por sua vez, em continuidades ou descontinuidades da realização de escolhas baseadas nos estereótipos de profissões tidas como masculinas e femininas.

Para Barbosa (1998, p 130), “o processo de profissionalização é considerado como um dos traços mais importantes e distintivos das modernas sociedades ocidentais”. Durand (1975, p. 59, grifos originais) define o processo de profissionalização como: “o movimento pelo qual as ocupações, definidas como simples especializações técnicas no mercado de trabalho, adquirem o *ethos* e o modelo organizacional das *professions*”.

Os teóricos funcionalistas distinguem dois tipos de atividade de trabalho: as profissões e as ocupações. Para os funcionalistas apenas as profissões (médicos, advogados, engenheiros, professores) são consideradas escolhas do indivíduo, como também áreas que permitem construir carreira profissional (ou que possuem autonomia) (DUBAR, 2012). As ocupações são para eles desvalorizadas. Como observa Angelin (2010, p. 3): “na visão funcionalista, uma atividade só pode ser considerada uma profissão se ela possuir um conjunto específico e preciso de atributos”. O estudo das profissões pelos funcionalistas tinha como principal interesse “demonstrar o valor social das profissões a partir da análise das funções que as profissões tinham para com todo o sistema social” (ANGELIN, 2010, p. 3).

Outra abordagem que se ocupou no estudo da sociologia das profissões é a interacionista. De acordo com Linden (2017, p. 228), “o principal teórico do interacionismo simbólico é Hughes. Essa teoria estuda as profissões a partir de sua interação e no seu

desenvolvimento”. Hughes não faz diferenciação entre profissão e ocupação, para ele uma profissão se desenvolve quando indivíduos que desenvolvem o mesmo ofício interagem e se organizam, na “busca pela proteção e autonomia de sua prática profissional” (URTEAGA, 2008 apud LINDEN, 2017, p. 228). Os interacionistas não se preocuparam em diferenciar uma profissão de uma ocupação através de uma lista de atributos conferidos a uma profissão, ao invés disto, “buscaram atentar-se para as circunstâncias que possibilitam a passagem de uma ocupação para uma profissão”. Para eles, o surgimento de uma profissão “é resultado de interações e processos sociais, não se limitando, portanto, como enfatizavam os funcionalistas, ao conhecimento técnico apto a satisfazer as necessidades sociais” (ANGELIN, 2010, p. 6).

Na tese interacionista, o *status* de profissão, ou a qualidade profissional, não se deve apenas a uma parcela de trabalhadores munidos de um diploma ou protegidos por uma legislação que cria um domínio exclusivo para determinadas profissões, conferindo somente a estas “status” de profissão, como no caso dos médicos, advogados, engenheiros, arquitetos, etc.

A teoria interacionista anunciada por Everett Hughes foi bastante discutida e revisada, trazendo proposições por um ponto de vista investigativo e com uma visão mais ampla sobre trabalho e formação, ou seja, considerando as determinações sociais, trazendo assim um leque de possibilidades em pesquisas e caminhos mais críticos que as teorias funcionalistas.

A abordagem neweuberiana tratou do desenvolvimento da análise sociológica das profissões e surge por volta de década de 1970 e 1980, possui um caráter misto e utiliza como crítica social “[...] a teoria marxista e a questão do poder e das estratégias profissionais, trabalhadas por autores neweuberianos e por Eliot Freidson. Assim, termos como desprofissionalização, proletarização, fechamento e monopólios da profissão são incluídos nas discussões” (ANGELIN, 2010, p. 8).

Com a modernização tecnológica, algumas ocupações se especializam e são reconhecidas como profissões (ANGELIN, 2010). Por outro lado, a desprofissionalização implicaria a perda das qualidades inerentes às profissões, e do monopólio do conhecimento, e dos traços que as definem como profissões autonômas. Durand (1975, p. 59) define desprofissionalização pelo:

Aumento do número de profissionais assalariados (isto é, pela difusão da relação de assalariamento), pela emergência (entre os quadros médios e mesmo superiores) da organização sindical e da prática de greve a que apelam as frações operárias e, finalmente, pela redução do diferencial de salário, de prestígio e de controle do

processo de trabalho do trabalhador não-manual qualificado em relação às demais categorias de trabalhadores não-manuais e operárias.

Para Durand (1975, p. 59), o processo que realmente vem dominando não seria a desprofissionalização, mas sim a “proletarização da antiga pequena burguesia e da nova classe média”, pois, ao invés de estar acontecendo uma incorporação “das frações superiores do proletariado e inferiores dos trabalhadores de escritório ao protótipo das antigas profissões liberais”, estaria ocorrendo um processo de assalariamento de profissionais liberais. Esse processo é visível através da excessiva oferta de ensino mercantilizado em determinadas áreas de conhecimento, e decorrente disso tem-se um aumento no número de profissionais no mercado de trabalho, ocasionando o rebaixamento salarial.

O processo de proletarização é discutido por alguns segmentos do marxismo. Segundo Diniz (2001, p. 42 *apud* ANGELIN, 2010, p. 8), autores “apontam um processo de proletarização dos profissionais e da profissão”; nesse processo, cada vez mais profissionais passam a vender sua “força de trabalho e se tornam assalariados em grandes organizações, tanto no setor privado quanto no setor público.” Tal processo consistiria no assalariamento e perda da autonomia profissional e ainda na submissão à “[...] fragmentação, padronização e rotinização das tarefas, controle hierárquico através de regras e regulamentos e avaliação de produtividade.” (DINIZ, 2001, p. 42 *apud* ANGELIN, 2010, p. 8). Na visão dos teóricos neoweberianos, a profissionalização é uma forma de excluir aqueles que não tiveram acesso à qualificação profissional de nível superior ou a uma certificação que o torne capaz de exercer uma determinada profissão (ANGELIN, 2010).

A respeito da problemática das profissões, profissionalização e desprofissionalização, temos ainda baixas produções e pesquisas científicas sobre essas temáticas na contemporaneidade. Para Durand (1975, p. 60), a razão da pouca atenção ao tema se deve à pouca “especialização sobre a temática da sociologia no mundo subdesenvolvido”, como também “a um conjunto de ‘fatores históricos’, que ocorreram no processo de construção da sociedade brasileira [...]”.

A regulamentação das profissões no Brasil aparece com mais intensidade após a década de 1930, com a emergência do capital industrial e a consolidação das legislações trabalhistas. Mais adiante, nos anos de 1960, percebe-se um importante crescimento do número de profissões regulamentadas, contando com novas profissões incorporadas nesse período ao sistema educacional (DURAND, 1975). Para Barbosa (1998, p. 133), no Brasil, o desenvolvimento da profissionalização inicia “com a introdução [...] de saberes modernos como recurso na luta interelites”. A autora afirma que a formação acadêmica por si só não era

o fator determinante para a legitimação dos profissionais da época, a profissão não estava apenas relacionada ao conhecimento adquirido com a vida acadêmica nem às práticas profissionais, seu *status* profissional estava ligado à situação de classe social e ao poder econômico que possuía algumas famílias na sociedade brasileira daquele período.

As profissões atuais não são definidas pela situação de classe, embora ainda seja perceptível a presença maior de algumas profissões em estratos sociais mais elevados. As profissões atuais são reconhecidas pelo saber científico. Foram os médicos sanitaristas que se destacaram como portadores do “saber científico” no Brasil, no início do século XX. Barbosa (1998) busca demonstrar evidências que existe na atual sociedade brasileira um grande avanço no processo de profissionalização, ele aponta cinco evidências que são indicativas desse processo, são elas:

O crescimento do contingente populacional portador de diplomas de curso superior, bem como da dependência em relação ao saber profissional. Em segundo lugar, temos a intensificação da busca de controle do trabalho pelos próprios profissionais. Em terceiro lugar, a reorganização do Estado no Brasil. Em quarto lugar, o tipo de exigência de qualificação demandada pelas empresas atualmente, que reforça o princípio ocupacional. Por último, mas não menos importante, temos o crescimento da PEA de “classe média” (BARBOSA, 1998, p. 136)

Sobre a dependência em relação aos saberes profissionais, Barbosa (1998, p. 136) afirma que podemos encontrar as evidências no crescente “medicalização da sociedade brasileira ou na sua ‘jurisdicização’. Não é difícil demonstrar o crescimento das exigências de uso dos serviços de profissionais, médicos, advogados, engenheiros, arquitetos”.

O aumento do número de portadores de diplomas universitários, a diversificação das profissões atuais e a expansão da oferta de ensino superior são modificações referentes à profissionalização no Brasil que denotam seu crescimento, e que podem ser comprovadas em uma série de dados das taxas de crescimento da População Economicamente Ativa (PEA), que também vem demonstrando um crescimento do número de mulheres escolarizadas e com nível superior, inseridas no mercado de trabalho, podendo-se até verificar a incorporação de mulheres em profissões tradicionalmente masculinas (BARBOSA, 1998).

A divisão entre “trabalho de homem” e “trabalho de mulher” é algo que está entrelaçado e construído ao longo do processo sócio-histórico das sociedades. Essa questão se refere aos estereótipos que foram construídos, ao se definir trabalho masculino e trabalho feminino, que também atingem a esfera profissional e acabam refletindo nas escolhas profissionais de homens e mulheres (SOUZA, 2015). Isso ocorre pelo fato de algumas profissões serem desempenhadas predominantemente por homens, ou desempenhadas

predominantemente por mulheres. O entendimento dessas delimitações existentes nas escolhas profissionais se faz necessário para “compreender as desigualdades presentes” no mercado de trabalho (SOUZA, 2015, p. 17).

A escolha profissional realizada com base no estereótipo de gênero, no caso das mulheres, por exemplo, pode restringir sua escolha a um único papel: o de cuidadora, dificultando sua entrada em outros campos profissionais. Levando em consideração a existência do condicionante que estas tendem a conciliar a vida familiar com a vida profissional e sacrificar o investimento na vida profissional. Esses fatores podem contribuir com a perpetuação da escolha por uma carreira que seja “a extensão do cuidado”, e que lhe dê a possibilidade de ter uma menor jornada de trabalho podendo assim conciliar carreira e família.

No entanto, a escolha por uma profissão pode ser também causa de embate para os homens, tornando-se uma escolha difícil para eles, já que sua sociabilidade pressupõe que estes devem escolher um campo profissional “associado ao desempenho no trabalho à produtividade e ao êxito profissional, associado à busca de reconhecimento e recompensa [...]” (LEMOS *et al.*, 2005, p. 9), que representaria o estereótipo masculino. No caso da escolha por uma profissão socialmente considerada feminina, ou de menor “valor” social, pode residir um embate, ou mesmo um contrassenso, no qual pode estar incluso também o conflito pela necessidade inculcada no homem de afirmar sua masculinidade.

Os papéis sociais atinentes a meninos e meninas, na perspectiva de sexo, são aprendidos desde cedo, na família e na escola, “como nos casos em que reproduzem que as meninas são dóceis e os meninos devem ser assertivos. A partir destes moldes são reforçadas as diferenças por meio de estereótipos sexistas [...]” (HEILBORN, 1999 *apud* NASCIMENTO; CRUZ, 2017, p. 240). Concordamos com Nascimento (2019, p.170) ao alertar que “o sexismo se estabelece como base nas relações sociais para além do âmbito familiar e estende-se para o mundo do trabalho”. Convém referendar o exposto por Louro (1997, p. 21): “para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos”. Desta feita,

[...] apreendemos o gênero como uma construção social, contrapondo-se ao determinismo biológico, mas sem a intencionalidade de defesa de um determinismo cultural de construção do gênero também sem restringir o gênero das/dos sujeitas/os às possibilidades binárias como homem-mulher. Captamos, pois, o gênero como múltiplas formas de construção sociocultural, que implicam, conseqüentemente, em diversidades de identidades e expressões dos gêneros, ou seja, de modos de existências que subvertem a naturalização e fixidade das feminilidades e

masculinidades hegemônicas estereotipadas a partir do ideário conservador sexista. (NASCIMENTO, 2019, p.133).

É necessário que o espaço escolar realize ações no sentido de estimular o jovem no seu autoconhecimento e no reconhecimento de diversos campos profissionais. Souza (2015, p. 19) aponta que:

[...] o fato de que as relações de gênero estabelecem ainda hoje níveis diferentes de participação e remuneração no âmbito do trabalho, é interessante pensar em estratégias de empoderamento voltadas para adolescentes de Ensino Médio. A escolha profissional feita pelos adolescentes é encarada de maneira diferente de acordo com a identidade de gênero estabelecida na cultura.

É na adolescência que geralmente é realizada a escolha profissional, período em que o jovem enfrenta uma série de conflitos biológicos, psicológicos e sociais e que também acaba sendo o período quando muitos adolescentes são levados a escolher uma profissão e nem sempre contam com orientação escolar, profissional e familiar adequados. É nesse período permeado de incertezas que os adolescentes fazem as escolhas, que são geralmente baseadas nos estereótipos existentes, ou no modelo familiar em que estão inseridos. Podendo optar por uma identidade profissional já moldada socialmente. As escolhas profissionais masculinas e femininas podem assim continuar reproduzindo as relações sociais de gênero e trazem à tona um debate relevante para a compreensão de que a escolha profissional pode não significar efetivamente “escolha”, e sim uma consequência sociocultural.

A naturalização da desigualdade de gênero continua presente nas relações cotidianas, ainda que de forma velada, embora a mulher venha ocupando espaços significativos no mercado de trabalho. No entanto, a desigualdade se revela desde a divisão desigual de tarefas na vida familiar, até os espaços de trabalho, e continua adentrando também o ambiente escolar, onde deveria existir uma relação que estimulasse a igualdade.

Pinto, Carvalho e Rabay (2014, p. 246-247), ao analisarem os fatores condicionantes das escolhas profissionais em cursos superiores, verificaram que:

A naturalização das relações sociais confere às mulheres qualidades feminilizadas que as desviam dos caminhos profissionais tecnológicos e científicos. Do mesmo modo, as qualidades masculinizadas instigam os homens a seguirem carreiras que condizem com tais características. A divisão sexual e de gênero foi expressa através da separação: dentro de cada campo do conhecimento foi constatado que há subdivisões que instituem a dicotomia e segregam as mulheres em campos destituídos de prestígio social e boa remuneração no mercado de trabalho.

A influência dos estereótipos de gênero na escolha profissional, a princípio, parece ter sido superada, mediante a observação de uma maior presença das mulheres nos espaços acadêmicos, e do desenvolvimento de carreira profissional feminina em muitos campos profissionais, ou até mesmo por elas já ocuparem profissões que antes eram especificamente masculinas. Os estudos de Pinto, Carvalho e Rabay (2014, p. 246) demonstram que:

Há uma divisão em que as mulheres se interessam mais pelos cursos na área de ciências da saúde como Fisioterapia, Nutrição, Enfermagem, e humanísticos, como Serviço Social e Pedagogia; e, quando houve interesse por cursos tecnológicos, elas almejavam campos já feminizados, como Arquitetura. Já os homens foram os responsáveis pelo maior interesse para Educação Física, Engenharia da Computação, Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica, cursos mais tecnológicos e ligados ao esporte.

Além disso, é possível perceber a desigualdade dos salários femininos que continuam mais baixos, embora elas possuam a mesma qualificação profissional, como demonstra Dias (2016, p.4, grifos nossos):

Conforme documento oficial do portal do Planalto, baseado na Pesquisa Média de empregos (Planalto, 2012) entre 2003 e 2011, o rendimento médio das mulheres cresceu 24,9%, variação superior à observada entre os homens. Trata-se de um[a] referência ao IBGE em sua pesquisa sobre a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), considerando o rendimento médio recebido pelo trabalhador, assim o salário das mulheres subiu, porém ainda não se igualou, é preciso deixar claro ainda que na mesma pesquisa do IBGE, verificou-se que nos diversos grupamentos de atividade econômica, a graduação superior não aproximou os rendimentos recebidos por homens e mulheres, pelo contrário, acentuou-se a diferença.

Situação que demonstra que a mulher permanece em desvantagem no mercado de trabalho apesar da formação profissional de nível superior. A maior parte das profissões exercidas por mulheres ainda representa a extensão das atividades domésticas, ou seja, relaciona-se, de alguma forma, com cuidados para além do lar.

Observando-se indícios que estas continuam ocorrendo baseadas nos estereótipos pré-existentes quanto às profissões masculinas ou femininas e que a formação profissional atual continua reforçando e estimulando os papéis sociais na perspectiva dos papéis sexuais pré-existentes, o próximo item traz o mapeamento das escolhas profissionais dos estudantes da Universidade Federal de Sergipe nos anos 2014, 2015 e 2016, com a finalidade de observar se as escolhas atuais continuam sinalizando uma divisão sexual nas escolhas profissionais e, conseqüentemente, nas áreas de atuação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Mapeamento das escolhas profissionais na Universidade Federal de Sergipe: relações desiguais de gênero e a divisão sexual do trabalho

A investigação sobre gênero e escolha profissional na Universidade Federal de Sergipe (UFS) teve como fonte de pesquisa os Anuários Estatísticos desta instituição dos anos 2014, 2015, 2016. A análise consistiu em observar como estão sendo realizadas as escolhas dos estudantes e identificar em quais áreas e cursos há presença predominante masculina ou feminina, como também apreender se nas escolhas se reflete a divisão sexual do trabalho. A seguir, na Tabela 1, temos o número de matrículas nos anos de 2014, 2015 e 2016, no primeiro período do ano, por centros/campus e sexo:

Tabela 1 – Alunos matriculados por Centros/Campus divididos por sexo/ano

Centros/Campus	2014		2015		2016	
	1º Período		1º Período		1º Período	
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.
CCET	2.285	4.220	2.246	4.230	2.145	4.073
CCBS	1.092	691	1.075	710	1.024	681
CCAA	696	738	725	751	674	706
CCSA	2.094	1.646	2.024	1.609	1.833	1.534
CECH	3.217	2.306	3.212	2.338	2.992	2.284
Campus Aracaju	1.044	614	1.015	618	988	603

Fonte: Anuário Estatístico da UFS (2014; 2015; 2016) / Elaboração dos autores.

É perceptível que, em 2014, 2015 e 2016, o público feminino de ingressantes foi predominante nos seguintes centros/campus: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Centro de Educação e Ciências Humanas e Campus Aracaju. Observa-se, em 2016, uma queda significativa no quantitativo de ingressantes do gênero feminino em todos os centros mencionados.

A tabela 2 traz os dados referentes ao quantitativo de alunos matriculados nos cursos que compõem o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), agrupados por sexo e ano.

Tabela 2 – Quantitativo de alunos por cursos no CCBS/UFS

Cursos	2014		2015		2016	
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.
Ciências Biológicas (Licenciatura)	260	121	243	137	223	142
Ciências Biológicas (Bacharelado)	98	52	87	61	89	61
Ecologia	116	82	133	70	124	58
Educação Física (Licenciatura)	86	131	75	125	68	119
Educação Física (Bacharelado)	96	172	87	176	76	160
Farmácia	250	102	260	111	265	110
Nutrição	186	31	190	30	179	31

Fonte: Anuário Estatístico da UFS (2014; 2015; 2016) / Elaboração dos autores.

No CCBS, as mulheres são maioria nos cursos de Ciências Biológicas (Licenciatura), Ciências Biológicas (Bacharelado), Ecologia, Farmácia e Nutrição, reafirmando-se, assim, a atualidade dos estudos de Pinto, Carvalho e Rabay (2014) citados anteriormente.

A tabela 3 traz os dados referente ao quantitativo de alunos matriculados nos cursos que fazem parte do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), agrupados por sexo e ano.

Tabela 3 – Quantitativo de alunos por cursos no CCSA/UFS

Cursos	2014		2015		2016	
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.
Administração	358	383	345	362	315	327
Biblioteconomia e Documentação	141	64	132	67	123	72
Ciências Contábeis	261	323	240	307	231	294
Ciências Econômicas	251	284	241	288	206	275
Direito	218	324	215	325	212	298
Relações Internacionais	110	97	111	101	101	96
Secretariado Executivo	196	51	197	44	169	50
Serviço Social	387	58	368	56	333	58
Turismo	172	62	175	59	143	64

Fonte: Anuário Estatístico da UFS (2014; 2015; 2016) / Elaboração dos autores.

No CCSA os cursos que apresentam um maior quantitativo de mulheres são: Biblioteconomia e Documentação, Relações Internacionais, Secretariado Executivo, Serviço Social e Turismo. Destaca-se que em alguns cursos há uma aproximação entre o quantitativo de homens e o de mulheres, são eles: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito e Relações Internacionais. Nota-se que nos cursos de Serviço Social e Secretariado Executivo há uma discrepância no número de mulheres em relação ao número de homens.

A profissão de Secretariado Executivo teve sua origem na antiguidade, como profissão masculina, mas após a primeira e a segunda guerra mundial os homens deixaram esse campo profissional e por falta de força de trabalho masculina passou a ser requisitada a força de trabalho feminina para o exercício desta profissão. O Serviço Social é uma profissão que desde sua origem está ligada a um perfil profissional historicamente feminino, principalmente devido ao contexto em que emergiu como profissão vinculada ao projeto reformista conservador da Igreja católica. Assim, a predominância feminina nessa profissão se deve, primeiramente, às suas origens e às características que são associadas à profissão no seu surgimento, como o “cuidado” ou “ajuda”, que também são características atribuídas à mulher como sendo vocação natural.

Na tabela 4 os dados expostos são referentes ao quantitativo de alunos matriculados nos cursos que fazem parte do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH), agrupados por sexo.

Tabela 4 – Quantitativo de alunos por cursos no CECH/UFS

Cursos	2014		2015		2016	
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.
Artes Visuais	157	96	159	90	140	85
Ciências de Religião	62	67	65	81	74	93
Ciências Sociais (Bacharelado)	100	85	95	69	94	80
Ciências Sociais (Licenciatura)	29	18	22	14	20	12
Comunicação Social – Audiovisual	108	122	117	115	105	118
Comunicação Social – Radialismo		5				
Design	76	125	79	130	73	155
Filosofia	78	132	73	115	67	107
Geografia (Licenciatura)	140	199	130	202	114	198
Geografia (Bacharelado)	51	60	47	51	38	40
História	205	284	177	267	164	263
Jornalismo	140	112	134	109	131	103
Letras – LIBRAS	12	17	31	20	40	25
Letras – Espanhol	177	74	170	73	140	77
Letras – Inglês	120	148	119	145	114	135
Letras – Língua Portuguesa	380	131	341	136	295	115
Letras – Português e Espanhol	184	51	179	55	158	46
Letras – Português e Francês	201	70	185	77	184	65
Letras – Português e Inglês	166	91	159	93	152	76
Música	72	215	74	210	69	201
Pedagogia	457	30	452	33	417	38
Psicologia (Bacharelado)	165	60	174	66	174	63
Psicologia (Licenciatura)	10	1	1			
Publicidade e Propaganda	127	111	129	97	120	97
Teatro			100	90	109	92

Fonte: Anuário Estatístico da UFS (2014; 2015; 2016)/Elaboração dos autores.

No CECH os cursos que apresentam um maior quantitativo de mulheres são: Artes Visuais, Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura), Jornalismo, Letras (e suas especificidades), Pedagogia, Psicologia (Bacharelado e Licenciatura), Publicidade e Propaganda e Teatro.

A tabela 06 apresenta dados referentes ao quantitativo de matriculados no Campus Aracaju (Campus da saúde) agrupados por sexo e ano.

Tabela 5– Quantitativo de alunos por cursos no Campus Aracaju /UFS

Cursos	2014		2015		2016	
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.
Enfermagem (Bacharelado)	280	86	262	100	239	77
Enfermagem (Licenciatura)	14	-	10	2	3	1
Fisioterapia	156	58	168	60	171	65
Fonoaudiologia	172	33	177	27	175	29
Medicina	258	337	240	333	251	335
Odontologia	164	100	158	96	149	96

Fonte: Anuário Estatístico da UFS (2014; 2015; 2016)/Elaboração dos autores.

No Campus Aracaju, os cursos que apresentam um maior quantitativo de mulheres são: Enfermagem (Bacharelado e Licenciatura), Fisioterapia, Fonoaudiologia e Odontologia. Sendo que, nos cursos de Enfermagem, Fisioterapia e Fonoaudiologia, há uma discrepância no quantitativo de mulheres em relação ao quantitativo de homens. De acordo com os dados expressos nessa tabela, observamos que há um grande contingente de mulheres inseridas na Universidade Federal de Sergipe nos cursos referentes à área da saúde, em relação ao número de homens, conseqüentemente são elas que ocupam majoritariamente o mercado de trabalho nas profissões de saúde, reforçando o “lugar da mulher” como “cuidadora”.

Machado (1986) constata que a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro alcançou um considerável crescimento apenas a partir da década de 1970 e em 1980 continuou a crescer, mas essa participação se deu efetivamente no setor terciário da economia, ou nos serviços domésticos remunerados. Notamos que grande número de mulheres continua a escolher profissões ou ocupações que lhe permitam manter uma dupla jornada de trabalho, ou que são a extensão do cuidado, como as profissões de saúde, ou também profissões ligadas à educação, ao lazer e a setores sociais, conforme elucida Machado (1986, p. 451):

Pode-se dizer que essas mulheres fazem de seu trabalho uma extensão do doméstico. As tarefas de lidar com crianças (pediatria, professora maternal/primário), o cuidar de enfermos (enfermeiros, técnicos de enfermagem), os serviços domésticos e prestações de serviços (atendentes de enfermagem, domésticas, serventes, faxineiras, costureiras, etc.), são, em via de regra, executadas por mulheres. Em alguns momentos, justifica-se tais tarefas executadas por mulheres, como sendo "tarefas femininas", onde se "supõe" que elas as exerceriam com maior "eficiência" que os homens.

Machado, Oliveira e Moyses (2011, p. 9) afirmam que os estudos das últimas décadas, referentes à participação das mulheres no mercado de trabalho em saúde, demonstram que esse setor abriga hoje “mais de 70% de toda força de trabalho em saúde”, e com base no censo demográfico do IBGE (2000) observou-se que:

Do total de 709.267 profissionais com escolaridade universitária, 61,7% são mulheres. Entre os médicos, elas representam 35,9%; entre os dentistas, 50,9%; entre os enfermeiros, 90,4%; e entre os nutricionistas, 95,3%. Em relação aos profissionais de níveis técnico e auxiliar, que somam mais de 900 mil empregos, a feminização é ainda mais acentuada, alcançando 73,7% do total, com 77,9% dos técnicos em fisioterapia e afins, 78,1% dos atendentes de enfermagem, parteiras e afins, e 86,9% dos técnicos e auxiliares de enfermagem são do sexo feminino (MACHADO; OLIVEIRA; MOYSES, 2011, p. 9).

Os dados apontam que as mulheres são maioria nos seguintes centros: CCBS, CCSA, CECH e Campus Aracaju, ao mesmo tempo, revelam que as mulheres são minorias no Centro de Ciências Exatas e Tecnologias (CCET) e no Centro de Ciências Agrárias Aplicadas (CCAA), áreas voltadas às ciências da natureza que têm pouca inserção de mulheres, conforme apontam as Tabelas 7 e 8:

Tabela 6 – Quantitativo de alunos por cursos no CCET/UFS

Cursos	2014		2015		2016	
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.
Astronomia	22	46	37	70	18	54
Ciências da Computação	48	369	45	353	42	376
Ciências Atuariais	100	103	91	101	83	102
Engenharia Ambiental e Sanitária	90	78	104	88	119	86
Engenharia Civil	137	329	155	351	169	357
Engenharia de Alimentos	180	43	166	49	157	55
Engenharia da Computação	21	221	24	227	24	222
Engenharia de Materiais	94	139	103	131	90	120
Engenharia de Petróleo	70	150	79	173	85	174
Engenharia de Produção	109	159	105	164	100	167
Engenharia Elétrica	25	173	34	194	42	186
Engenharia Eletrônica	40	269	37	251	34	228
Engenharia Mecânica	36	250	35	249	46	253
Engenharia Química	127	169	123	171	130	164
Estatística	105	130	92	116	72	106
Física (Licenciatura)	120	288	120	285	97	245
Física (Bacharelado)	39	111	38	97	43	93
Geologia	94	185	90	190	86	176
Física Médica	118	93	107	82	99	84
Matemática (Licenciatura)	218	269	199	248	196	228
Matemática (Bacharelado)	27	42	28	38	27	30
Matemática Aplicada e Computacional	37	60	33	80	27	80
Química (Bacharelado)	122	71	120	66	107	72
Química (Licenciatura)	158	147	137	144	125	129
Química Industrial	105	92	104	82	96	77
Sistemas de Informação	43	234	40	230	32	209

Fonte: Anuário Estatístico da UFS (2014; 2015; 2016)/Elaboração dos autores.

Tabela 7 – Quantitativo de alunos por cursos no CCAA /UFS

Cursos	2014		2015		2016	
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.
Engenharia Agrícola	72	113	79	134	80	121
Engenharia Agrônômica	90	182	94	178	92	178
Engenharia de Pesca	105	137	100	124	74	103
Engenharia Florestal	153	113	139	112	113	93
Medicina Veterinária	137	83	173	101	175	118
Zootecnia	139	107	140	102	140	93

Fonte: Anuário Estatístico da UFS (2014; 2015; 2016)/Elaboração dos autores.

Os cursos do CCET em que as mulheres são minorias: Astronomia, Ciências da Computação, Estatística, Física Licenciatura, Física Bacharelado, Matemática Licenciatura, Matemática Bacharelado, Matemática Aplicada e Computacional, Sistemas de Informação e nas Engenharias (exceto na Engenharia ambiental e sanitária e Engenharia de Alimentos). Além dessas duas exceções, as mulheres predominam em Física Médica, Química Bacharelado, Química Licenciatura, Química Industrial. No CCAA os cursos nos quais as mulheres são minoria são: Engenharia Agrícola, Engenharia Agrônômica e Engenharia de Pesca.

Foi somente no final do século XIX que teve início a participação das mulheres na vida acadêmica, a partir daí as mulheres puderam ingressar no ensino superior. Mas somente no início do século XXI foram se evidenciando as conquistas das lutas feministas do século XX, construindo um cenário em que as mulheres ocupam cargos de docência nas universidades, onde há um crescimento bastante significativo no percentual de mulheres no ensino superior (BARBOSA, 2013). Porém, a ocupação de algumas áreas de conhecimento, como a área das Ciências Exatas e Tecnologias e das Ciências Agrárias, não ocorre de forma igualitária. Para Silva e Ribeiro (2011, p. 13),

no contexto da participação das mulheres nas universidades, uma questão que tem sido amplamente discutida refere-se à “segregação territorial” (Schiebinger, 2001:77), ou seja, a divisão por gênero nas áreas do conhecimento, já que as mulheres tendem a se concentrar em áreas tradicionalmente “femininas”, em profissões de menor status social, reconhecimento e remuneração, embora as pesquisas atuais tenham apontado que, num futuro não muito distante, áreas tradicionalmente “masculinas” contarão com uma expressiva presença feminina.

Olinto (2011, p. 1) ressalta que não há dúvidas quanto aos avanços e conquistas obtidas pelas mulheres em relação à educação e ao trabalho, principalmente a partir do século XX, mas traz a afirmação da socióloga Cyntia Estein: “a maior divisão social que caracteriza o mundo atual é a divisão sexual”. Embora Olinto (2011) também corrobore que atualmente é crescente a participação feminina na ciência e tecnologia, a desigualdade de gênero continua persistindo nessas áreas, evidenciada na ocupação masculina massiva, como pudemos

observar a persistência dessa tendência nas escolhas profissionais dos cursos da Universidade Federal de Sergipe.

4 CONCLUSÃO

Essa discussão teórica expôs os fundamentos das relações sociais de gênero, contextualizando o surgimento do patriarcado no desenvolvimento da sociedade de classe que afetou as determinações fundamentais da divisão do trabalho. Trouxe à baila as perspectivas funcionalista, interacionista, neweberiana e marxista sobre as configurações do desenvolvimento da profissionalização, compreendendo que no Brasil há um grande avanço no processo de profissionalização através do crescimento do número de portadores de diploma, e pela dependência em relação aos saberes profissionais. Com isso, afirmamos que a divisão que determina “trabalho de homem” e “trabalho de mulher” acaba refletindo nas escolhas profissionais. Percebemos que a persistência de profissões desempenhadas predominantemente por homens e outras desempenhadas predominantemente por mulheres repercute nas desigualdades existentes no mercado de trabalho, tendo em vista que algumas profissões desempenhadas majoritariamente por mulheres tendem a ser desvalorizadas.

Através do mapeamento das escolhas profissionais dos estudantes da Universidade Federal de Sergipe, observamos que os centros que obtiveram maior quantitativo de matriculadas do gênero feminino foram: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Centro de Educação e Ciências Humanas e o Campus Aracaju. Verificamos também que os cursos que possuem mais mulheres em cada um desses Centro/campus foram: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde: Ciências Biológicas, Ecologia, Farmácia e Nutrição, que são profissões tipicamente relacionadas ao perfil feminino; Centro de Ciências Sociais Aplicadas: Biblioteconomia e Documentação, Relações Internacionais, Secretariado Executivo, Serviço Social e Turismo, com uma excessiva discrepância nos cursos de Serviço Social e Secretariado Executivo, que aponta para o fenômeno de feminização dessas profissões; Centro de Educação e Ciências Humanas: Artes Visuais, Ciências Sociais, Jornalismo, Letras Espanhol, Letras Português e Espanhol, Letras Português e Francês, Letras Português e Inglês, Pedagogia, Psicologia, Publicidade e Propaganda, Teatro e Letras Libras. Notamos que a maioria desses cursos é da área da educação, campo profissional historicamente feminino; Cursos do Campus Aracaju: apenas em Medicina o quantitativo feminino não supera o quantitativo masculino. Os demais cursos com maioria de matriculadas do gênero feminino são: Enfermagem, Fisioterapia,

Fonoaudiologia e Odontologia, confirmando a marcante presença feminina nas profissões da área da saúde, ou seja, profissões que se relacionam ao cuidado.

Na análise dos cursos referentes ao Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, observamos que as mulheres são minoria em grande parte dos cursos deste centro, deixando evidente que a ocupação das mulheres no campo das exatas ainda é de baixa expressividade. A mesma delimitação foi visualizada nos cursos do Centro de Ciências Agrárias Aplicadas, onde as mulheres são minoria: Engenharia Agrícola, Engenharia Agrônômica e Engenharia de Pesca, que também são campos profissionais tradicionalmente masculinos e envolvem estudos relacionados às tecnologias e às ciências exatas.

Portanto, os dados analisados reafirmam que a separação entre os gêneros de acordo com as áreas de conhecimento continua persistindo, embora os avanços já registrados quanto às conquistas das mulheres em relação ao acesso à educação e ao mercado de trabalho. Os dados dessa análise mostram as relações desiguais de gênero e a divisão sexual do trabalho nas escolhas profissionais dos estudantes da Universidade Federal de Sergipe. As áreas em que predominam o maior quantitativo de mulheres são as áreas da saúde e da educação, e as áreas das exatas e tecnológicas continuam sendo um campo com pequena participação feminina, confirmando a desigualdade de gênero existente nas escolhas profissionais e, conseqüentemente, no mercado de trabalho.

Diante desses resultados, faz-se necessário reafirmar que devemos travar constantes debates e embates visando à garantia da igualdade de gênero, em todos os níveis da vida social, seja no campo do conhecimento, no campo profissional, ou no âmbito privado, garantindo às mulheres seu reconhecimento enquanto ser social autônomo e para que haja igualdade de condições de desenvolvimento intelectual e social para homens e mulheres.

REFERÊNCIAS

ANGELIN, P. E. Profissionalismo e Profissão: Teorias Sociológicas e o Processo de Profissionalização no Brasil. In. **REDD**: Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara Vol. 3, n. 1, Julho/Dezembro 2010. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/viewFile/4390/3895%3E_Acesso em: 05 jun. 2018.

BARBOSA, M. **Mulheres na Física**: Por Que Tão Poucas? Por Que Tão Lentamente? Curitiba: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <http://www.if.ufrgs.br/~barbosa/Publications/Gender/barbosa-mulheres-mundo-brasil.pdf> Acesso em :19 jul. 2018.

BARBOSA, M. L. O. Para Onde Vai a Classe Média: um novo profissionalismo no Brasil. *In. Tempo Social*, São Paulo, v. 10 (1), p. 129-142, maio 1998. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/viewFile/86747/89750>_Acesso em: 17 jun. 2018.

DIAS, M. S. L. A escolha feminina na área das profissões tecnológicas: impactos na subjetividade. *In: Cad. Gên. Tecnol.*, Curitiba, v. 9, n. 33, p. 3-21, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/6191>_Acesso em: 04 ago. 2018.

DUBAR, C. A Construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. *In. Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, vol. 42 n. 146 p. 351-367, Mai./Ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v42n146/03.pdf>_Acesso em: 16 jun. 2018.

DURAND, J. C. G. A serviço da coletividade: crítica à sociologia das profissões. *In. Revista de Administração de Empresas*, vol. 15 n. 6, São Paulo, p. 59-69, nov./dez., 1975. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901975000600005_Acesso em: 12 jun. 2018.

HIRATA, H. **Nova Divisão Sexual do Trabalho?** Um Olhar Voltado Para a Empresa e a Sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

LEMOS, C. G *et al.*, Carreira profissional e relações de gênero: um estudo comparativo em estudantes universitários. *In. Boletim de Psicologia*, vol. 55 n. 123, São Paulo, p. 129-148, 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bolpsi/v55n123/v55n123a02.pdf>_Acesso em: 04 fev. 2018.

LESSA, S. **Abaixo a Família Monogâmica.** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LINDEN, L. L. Sociologia das profissões: análise do desenvolvimento da profissão de arquivista no Brasil. *In. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*. Florianópolis: v. 22, n. 2, Especial, p. 227-237, Abr./Jul. 2017. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1343/pdf>_Acesso em: 05 jun. 2018.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MACHADO, M. H. A participação da mulher no setor saúde no Brasil —1970/80. *In. Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro. v. 2, p. 449-465, Out./Dez. 1986. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v2n4/v2n4a05.pdf>_Acesso em: 13 jul. 2018.

MACHADO, M. H; OLIVEIRA, E. S; MOYSES, N. M. N. Tendências do Mercado de Trabalho em Saúde no Brasil. *In: Celia Pierantoni, Mario Roberto Dal Poz, Tania França. (Org.). O Trabalho em Saúde: abordagens quantitativas e qualitativas.* 1ª.ed. Rio de Janeiro: CEPESC, UERJ, 2011, v. 001, p. 103-116. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/observarh/arquivos/TendenciasTrabalho.pdf>_Acesso em: 18 jul. 2018.

NASCIMENTO, A. P. L; CRUZ, M. H. S. Patriarcado, Gênero, Papéis Sociais Sexuados e Identidades: em foco as relações sociais e os processos educativos que atravessam o

cotidiano. *In*. NASCIMENTO, Ana Paula Leite; SILVA, Everton Melo da. **Estudos e Abordagens em Serviço Social & Educação**. Aracaju: Criação Editora. 2017. p.219-245.

NASCIMENTO, A. P. L. **Juventudes em cena no cotidiano escolar**: movimentos de (re)produção de silenciamentos, regulações de gênero, subversões e resistências. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019. 317p.

OLINTO, G. A Inclusão das Mulheres nas Carreiras de Ciência e Tecnologia no Brasil. *In*. **Inclusão Social**. Brasília: v.5 n.1, p. 68-77, jul./dez., 2011. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/427/1/GildaO.pdf> Acesso em: 19 jul. 2018.

PINTO, É. J. S; CARVALHO, M. E. P; RABAY, Glória. Gênero: um fator condicionante nas escolhas de cursos superiores. *In*: 18 REDOR. Novembro de 2014, Recife. **Anais...** Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2014, Disponível em: <http://paradoxzero.com/zero/redor/wp-content/uploads/2015/04/1893-4523-1-PB.pdf> Acesso em: 26 nov. 2017.

PINTO, G. A. **A Organização do Trabalho no Século XX**: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, F. F; RIBEIRO, P. R. C. Mulheres na ciência: problematizando discursos e práticas sociais na constituição de “mulheres-cientistas”. *In*: 8 Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia e Gênero. Abril de 2010, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2010. Disponível em: http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/eventos/cictg/conteudo_cd/E5_Mulheres_na_Ci%C3%A4ncia.pdf Acesso em: 17 jul. 2018.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classe**: mito e realidade. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, C. M. **Exploração e Opressão da Força de Trabalho Feminina e Sua Luta Pela Emancipação**. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Maceió, 2015.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *In*: **Educação & Realidade**, Porto Alegre: Vozes, v. 16, n. 2, jul/dez, 1990.

SILVA, E. M. **Um Pouco da História da Humanidade**: Modo de produção, relações sociais e desenvolvimento do homem. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Alagoas, UFAL. Maceió, 2016.

SOUZA, M. L. R. S. **Gênero e Escolha Profissional**. Monografia. (Pós-Graduação Lato Sensu) Especialização em Educação em e Para os Direitos Humanos, no Contexto da Diversidade Cultural – EEDH. Universidade de Brasília. Brasília, 2015. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/14602/1/2015_MariaLuizaRodriguesSampaideSouza_tcc.pdf Acesso em: 23 jan. 2018.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

LEITE, M. F. P; OLIVEIRA, M. S; SILVA, E. M; NASCIMENTO, A. P. L. Gênero, Escolhas Profissionais e Estereótipos Sexistas. **Rev. FSA**, Teresina, v.17, n. 1, art. 14, p. 281-305, jan. 2020.

Contribuição dos Autores	M. F. P. Leite	M. S. Oliveira	E. M. Silva	A. P. L. Nascimento
1) concepção e planejamento.	X	X		
2) análise e interpretação dos dados.	X	X	X	
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.			X	X